

METZLER, Ana Maria Carvalho. *Relações entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias de instituições de ensino superior de confessionalidade católica*. Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2011.

Esta tese de doutorado trata das relações entre os poderes político e religioso na construção de representações identitárias de instituições de ensino superior de confessionalidade católica. Inspirada na teoria bourdieusiana considera as IES de confessionalidade católica como uma das regiões do campo educacional das instituições de ensino superior (IES). Como tal, sofrem influências e até mesmo condicionamentos tanto do poder político, entendido como poder de Estado (aparelho político que compreende as instituições governamentais e o funcionalismo público), quanto do poder religioso na medida em que são mantidas e reguladas por representantes do campo religioso como Arquidioceses, Dioceses, Inspetorias ou Províncias de Ordens e Congregações Católicas. No período de 1996 a 2010 observam-se momentos de tensão, embates e negociações entre os poderes político e religioso interferindo nas representações identitárias das instituições de confessionalidade católica. Destacam-se dois momentos de tensão. O primeiro está relacionado à reforma da educação superior, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e respectivos Decretos que favorecem a expansão das instituições privadas com fins comerciais reduzindo os espaços de poder das instituições de confessionalidade católica no campo educacional, compreendidas pelo poder político na categoria de instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas. O segundo embate ocorre com a alteração da personalidade jurídica das mantenedoras das Instituições de confessionalidade católica, a partir da promulgação do Código Civil em 2002, desconsiderando tais instituições, especialmente, as Inspetorias e Províncias de Ordens e Congregações Católicas como organizações religiosas. O período de negociações entre o poder político e religioso se materializa na Concordata, um acordo firmado, em 2008, entre o governo brasileiro e a Santa Sé sobre a educação. Apesar de o documento reafirmar o domínio do poder político no campo educacional, resume dois pontos de vista sobre a educação. Através de documentos como sites institucionais, acordos de cooperação, leis e decretos do poder político e, constituição para a educação católica do poder religioso realiza-se análise documental de 98 Instituições de confessionalidade católica. Conclui-se que os agentes das Instituições de Confessionalidade Católica realizaram o maior investimento de sua história em novos estabelecimentos de ensino superior buscando outros espaços de atuação; aumentaram da oferta de cursos na área de Ciências Humanas, mas também investiram na área tecnológica; formaram novos quadros de promotores da educação cristã e permitiram maior regulação e controle de instituições pelo poder central (Santa Sé). Algumas destas instituições, especialmente, as mantidas por Ordens e Congregações Católicas formaram redes educacionais e investiram em programas de gestão organizacional; aumentaram acordos e convênios com a rede em nível regional, nacional e internacional, além de demarcarem a natureza jurídica das mantenedoras como públicas não estatais. Tais ações demonstram a influência do poder religioso na representação identitária das instituições como comunidades prestadoras de serviços sociais, voltada para a formação da pessoa humana e, do poder político na formação de instituições mais competitivas voltadas para o mercado educacional, inspiradas nos modelos de gestão organizacional utilizados pelas instituições privadas com fins comerciais. [Resumo obtido no Banco de Teses da Capes]